



Agroecologia e democracia: vencer a fome, a sede, o veneno e a destruição da natureza!

Carta de Compromissos para os/as candidatos/as no estado de São Paulo nas Eleições de 2026

Eu, _____, candidato/a ao cargo de _____, pelo Partido _____, assumo a responsabilidade de, em meu mandato, fortalecer a Agroecologia e combater a fome, a sede, o uso dos agrotóxicos e a destruição ambiental, atendendo os compromissos listados abaixo.

____ / ____ /2026 Assinatura: _____

Compromissos:

1- Efetivar e ampliar, com dotação de recursos humanos e financeiros adequados, políticas públicas de incentivo à Agroecologia, combate à fome e promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tais como:

- a)** Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO) e seu respectivo plano de execução, o PLEAPO, com atenção especial para o Protocolo de Transição Agroecológica. Garantir, assim, o incentivo técnico, econômico e administrativo para agricultores/as familiares, indígenas, quilombolas e assentados/as da Reforma Agrária, de modo a democratizar, além do acesso à terra, os recursos necessários para o cultivo de alimentos saudáveis.
- b)** Planos de SAN e de Desenvolvimento Rural Sustentável - baseados em princípios agroecológicos e amparados por conselhos participativos fortes e democráticos - atentando para setores vulnerabilizados, como população em situação de rua, LGBTQIAPN+, negros/as, pessoas presas ou egressas do sistema prisional e mulheres.
- c)** Adesão e cumprimento das diretrizes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), fortalecendo os equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional, como Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRESANS), mercados e sacolões populares, feiras, cozinhas e hortas comunitárias, bem como os circuitos diretos e indiretos de comercialização de produtos da Agricultura Familiar e Urbana, aos quais todos os equipamentos, devem estar conectados através de uma infraestrutura sustentável.
- d)** Compras públicas fomentadoras da Agricultura Familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - cumprindo a aquisição de, no mínimo, 45% de alimentos da agricultura familiar - e o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Realizar chamadas públicas específicas voltadas a povos e comunidades tradicionais, a partir da perspectiva de "autoconsumo tradicional", com a adoção de procedimentos sanitários adaptados a suas culturas alimentares e sistemas produtivos tradicionais, dispensados de controle sanitário pelos órgãos competentes.
- e)** Capilarizar a execução no Estado de São Paulo da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP). Em ações, tais como: criação e apoio às hortas urbanas comunitárias que fazem cultivo agroecológico e compostagem de resíduos, inclusive em escolas (fazendo parte do projeto político pedagógico) e demais serviços públicos, contribuindo para a Alimentação Escolar, a Educação Alimentar e Nutricional e a Educação Ambiental; dar função produtiva a terrenos e espaços urbanos livres, ociosos ou subutilizados; apoiar o setor com estímulo a compras públicas de alimentos da agricultura urbana e periurbana, criação de feiras locais da agricultura urbana e periurbana e facilitação de acesso a linhas de crédito especializadas para os produtores urbanos.

- f)** Programas de combate ao desperdício de alimentos, que contemplem a ampliação dos bancos de alimentos, a isenção fiscal e apoio a organizações sociais do setor, com oferta de cursos de formação e materiais com o tema.
- h)** Adotar medidas visando a descentralização da Política Nacional de Cuidados com a implantação de uma Política estadual e Programas voltados aos Cuidados, em suas dimensões sociais, de saúde, econômicas e previdenciárias.

2- Agir pela redução dos agrotóxicos e combater os ingredientes ativos já banidos em outros países por seus danos à saúde e ao ambiente, por meio de:

- a)** Criação e Implantação participativas, da Política e do Programa Estadual de Redução de Agrotóxicos, tendo a PNaRa e o PRONARA - Política e Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos – como base;
- b)** Combate, visando eliminação total, da pulverização aérea de agrotóxicos no estado, com a proibição imediata no entorno de escolas, mananciais e comunidades, com normativas seguras em relação a elas;
- c)** Estruturação dos Laboratórios Públicos Estaduais para que sejam incluídos na REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde) e monitorar resíduos de agrotóxicos na água e alimentos;
- d)** Promoção de debates no legislativo e executivo e de campanhas nas escolas, rádios, comunidades e rede de saúde sobre os impactos nocivos dos agrotóxicos, através de materiais didáticos e publicitários;
- e)** Demarcação de áreas livres de agrotóxicos e transgênicos para evitar a contaminação de cultivos agroecológicos, seres vivos dos ecossistemas e comunidades.

3- Tomar medidas para que toda a população tenha acesso, através de empresas públicas, à água potável, livre de contaminantes, garantindo a vida e a saúde, freando o processo de contaminação e de mercantilização desse bem.

4- Colaborar com gestores/as dos municípios do estado para a criação de políticas intermunicipais de abastecimento, baseadas em alimentos agroecológicos, que valorizem a agricultura familiar, urbana e periurbana, dos municípios. Apoiar a ampliação e o aperfeiçoamento da Resolução 49 (RDC 49) da Anvisa (2013), no âmbito do Programa Brasil sem Miséria, para garantir os métodos de produção artesanal de familiares e de empreendimentos econômicos solidários de SP.

5- Promover programas, no âmbito da Secretaria de Saúde, de produção e uso de fitoterápicos, implantando hortas medicinais em unidades de saúde e apoiando o cultivo feito pela agricultura familiar.

6- Implantar a compostagem dos resíduos orgânicos em todos os equipamentos públicos, como escolas, hospitais, parques e feiras livres e instituir programas de incentivo (com redução de impostos) para espaços privados que promovem a compostagem, reduzindo o volume nos aterros e gerando adubo para a agricultura.

7- Subsidiar financeiramente a adaptação e a mitigação dos efeitos da emergência climática, a transição agroecológica e os sistemas agrícolas resilientes, criando políticas públicas rurais e urbanas que considerem as vulnerabilidades sociais. Especial atenção deve ser dada à prevenção e ao monitoramento de queimadas indiscriminadas, bem como à punição dos possíveis culpados.

8- Implantar programas de regeneração do solo e da vegetação nativa, valorizando a agrobiodiversidade e a cultura alimentar, inclusive através de agroflorestas urbanas e periurbanas, que conciliam o cultivo e a restauração ambiental e geram resiliência climática. Garantir parques e equipamentos verdes existentes sob a gestão pública.

9- Prover assistência técnica e extensão rural e urbana (ATER) agroecológica, sob responsabilidade do poder público estadual, incluindo a contratação de novos servidores, formação de profissionais e a estruturação plena das Casas de Agricultura.

10- Instituir leis e políticas estaduais que reconheçam e valorizem territórios indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, promover procedimentos administrativos de identificação e titulação de seus territórios, apoiando práticas e conhecimentos ancestrais, sobretudo das mulheres, na gestão da biodiversidade.

No âmbito federal:

- 1- Agir pela implantação e fortalecimento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), bem como de seu respectivo plano de execução, PLANAPO.
- 2- Agir pela implantação e fortalecimento da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP); dialogar e construir com ampla participação social um plano nacional de agricultura urbana e periurbana, com previsão orçamentária anual e definição de orientações gerais aos estados e municípios para a execução da PNAUP.
- 3- Propor ou apoiar Projetos de Lei que obriguem a rotulagem de alimentos feitos com ingredientes transgênicos e/ou cultivados com agrotóxicos, bem como de produtos ultraprocessados, desestimulando a produção e consumo.
- 4- Apoiar propostas de políticas para o fortalecimento dos Núcleos de Estudos em Agroecologia, junto às instituições de Ensino Superior, como programas permanentes, incluindo previsão orçamentária anual.
- 5- Atuar para a realização de uma ampla Reforma Agrária Popular, integral, de base agroecológica no país, que considere as especificidades de posse e uso da terra nos diferentes biomas, como as terras tradicionalmente ocupadas e os modos de vida de seus povos sob a égide dos direitos e não do mercado.
- 6- Fortalecer as instituições democráticas e as instâncias de participação popular, defendendo o orçamento público republicano para implementação das políticas, programas e respectivos planos de Agroecologia, de SAN, de Abastecimento Alimentar e dos específicos para as mulheres.
- 7- Propor a aprovação do Decreto sobre os procedimentos administrativos de identificação e titulação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais de que tratam os arts 215, 216 e 225 da Constituição Federal, o art. 14 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e art. 8j da Convenção sobre Diversidade Biológica.
- 8- Propor o arquivamento no Congresso Nacional do Projeto de Lei 1.007/ 2026 que dispõe sobre a extinção do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), autarquia fundamental no reconhecimento, salvaguarda, proteção e divulgação de um conjunto valioso de bens que representam a diversidade da sociedade brasileira em conhecimentos tradicionais e ancestrais, cultura popular e memória coletiva.
- 9- Propor a revogação da Instrução Normativa 112 do Incra (22/12/21), que regulamenta os procedimentos para a anuência no uso de áreas em projetos de assentamento de reforma agrária para atividades minerárias, de energia (eólica, solar, hidráulica, petróleo, gás) e de infraestrutura.
- 10- Ampliar e fortalecer o apoio à organização política e produtiva das mulheres dos campos, águas, florestas e cidades, com atenção às juventudes e povos tradicionais, garantindo ações estratégicas, tais como a implementação da Política Nacional dos Quintais das Margaridas para o Bem Viver, com recursos robustos para estrutura necessária à produção.

Organizações signatárias: Articulação Paulista de Agroecologia; Associação Brasileira de Reforma Agrária; Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida SP; Coletivo Banquetaço; CONAQ SP; Central Única dos Trabalhadores SP; ECOFAM - Associação de Agroecologia Familiar; Frente Ampla Democrática Socioambiental; Fórum Paulista de Soberania e Segurança Alimentar; Instituto Giramundo Mutuando; Movimento dos Pequenos Agricultores SP; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra SP; Movimento Urbano de Agroecologia; Núcleo paulista da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável; Rede de Agricultoras Periféricas Paulistas Agroecológicas; Sindinutri SP; Slow Food Brasil; Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs): UFABC, Apetê-Caapuã, NEAPO UFSCar Araras, Guará NuPER/UFSCar, Unesp Botucatu, NEGRAS IFSP São Roque e NEA-Casas.